

ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: DA HETERODOXIA DESENVOLVIMENTISTA À ORTODOXIA NEOCLÁSSICA

Adelino Torres

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa

Desde os anos 80 que se ouve falar da "crise" da Economia do Desenvolvimento e das teorias que a integram, chegando alguns ao ponto de preconizar o seu desaparecimento como disciplina científica.

Se é verdade que tal posição parece algo excessiva, assente numa fundamentação que está longe de recolher o consenso, não é menos certo que se compararmos a diversidade e a riqueza de teorias e escolas de pensamento nesta área, resultantes do entusiasmo e competência de muitos autores, com os resultados julgados fracos obtidos anos depois (em relação às expectativas iniciais¹), é hoje possível compreender melhor o desânimo daqueles que pensavam ter encontrado métodos eficazes, reprodutíveis experimentalmente a exemplo das ciências físicas, para combater o subdesenvolvimento e a pobreza nos países do Sul².

¹ Em 1968 o keynesiano Robert W. Clower escrevia um texto profundamente pessimista sobre as possibilidades do desenvolvimento africano: "Mainsprings of African Economic Progress", reproduzido in Robert W. Clower. *Economic Doctrine and Method - Selected Papers of R. W. Clower*. Aldershot, Edward Elgar. 1995: 343-356.

² Como já tive ocasião de sublinhar em trabalhos recentes, acompanho a opinião de muitos autores segundo a qual a mudança do contexto internacional com o desaparecimento do "bloco socialista", a diversidade dos países do Sul e a evolução diferente seguida por muitos deles, tornam inadequado o velho termo de "Terceiro Mundo". No entanto, por falta de uma denominação que recolha o consenso dos investigadores, embora preferindo o termo "Sul" utilizarei também, à falta de melhor, o conceito de Terceiro Mundo com o mesmo sentido, essencialmente geográfico, apesar das reservas que inspira actualmente.

No decorrer dos anos as decepções fizeram acumular dúvidas e cepticismo e a Economia do Desenvolvimento foi objecto de interrogações quer sobre as suas origens, fontes e evolução, quer sobre a sua utilidade.

O debate atingiu algum dramatismo quando o Banco Mundial publicou os depoimentos de quinze autores entre os chamados "pioneiros da Economia do Desenvolvimento"³.

Ao fazer a recensão crítica do primeiro volume da obra, Henry J. Bruton⁴ observou a disparidade de opiniões e argumentos bem como a falta de consenso entre os 10 primeiros autores.

Bruton teve razão, mas não creio que devamos lamentá-lo excessivamente: a ilusão da uniformidade de uma teoria imutável, objecto de todas as convergências, não parece possível nem sequer desejável no âmbito da Economia do Desenvolvimento, a qual, por definição, se defronta com dinâmicas de mudança e mutação, onde a necessidade de redefinir em permanência os "*critérios de demarcação*" de que nos fala Karl Popper, constitui a própria marca de um pensamento científico vivo e em revolução permanente na sua passagem de problemas velhos para problemas novos⁵. A meu ver, o que sobressai desse famoso encontro de pioneiros é que ele fez incidir sobre o passado recente uma luz que melhorou a nossa compreensão das dificuldades de pensar o desenvolvimento e actuar sobre ele. Mas é duvidoso que desses testemunhos tenham saído novas ideias e soluções para o futuro.

No entanto, relembrar as origens do processo é um elemento precioso de ensinamento e talvez de inspiração.

O aparecimento da economia do desenvolvimento nos anos 40 deu origem a uma vasta panóplia de conceitos e de modelos num esforço de definir uma nova disciplina num campo em que a economia tradicional que mostrava desadequada. De facto, a "economia dominante convencional" ("*conventional mainstream economics*"), tanto nas suas variantes de esquerda ou de direita (Bruton), não

³ Cf. Gerald M. Meier and Dudley Seers (Ed.). *Pioneers in Development*. Washington, World Bank. 1º vol. 1984; Gerald Meier (Ed.), *Pioneers in Development - Second Series*, Washington, World Bank, 2º vol. 1987. No primeiro volume da obra (1984) registavam-se os testemunhos de Lord P. Bauer, Colin Clark, Albert O. Hirschman, Sir Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, Paul N. Rosenstein-Rodan, Walt W. Rostow, Sir Hans W. Singer, Jan Tjebbergen; no segundo volume (1987), os de; Theodore W. Schultz, Gottfried Haberler, Hla Myint, Arnold C. Haberger e Celso Furtado. Quase todos economistas escrevem em língua inglesa e são em muitos casos antigos colaboradores do Banco Mundial ou de instituições internacionais. Pode lamentar-se que tenham sido esquecidos nomes como o de François Perroux ou de J. Lebreton, sem falar de autores de outros países...

⁴ Cf. revista *Economic Development and Cultural Change*, October 1986; 197-202.

⁵ Vd. Karl R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery* (1959), London, Routledge, 1992

oferecia um aparelho explicativo adequado aos problemas colocados, pelo que qualquer coisa de genuinamente novo tinha que ser criado.

Daí as novas teorias portadoras de um vasto conjunto de conceitos e modelos e o esforço intelectual para estruturar uma área do conhecimento específica que ajudasse a resolver os problemas concretos do subdesenvolvimento e da pobreza.

Até aos anos 70 pelo menos, este panorama intelectual favoreceu o desabrochamento de correntes e paradigmas que, convergindo ou defrontando-se em pontos diversos expressos em inúmeras publicações e trabalhos de investigação, deram lugar a debates estimulantes e projectos generosos. O clima voluntarista que se viveu no pós-guerra marcou um período em que se sonhava refazer o mundo, acreditando-se ser possível realizar esse sonho no curto ou médio prazos.

Os resultados não o confirmaram mas, ao contrário do que alguns pensam hoje, a utopia teve resultados positivos, apesar das dificuldades imprevistas e dos fracassos registados. A prática demonstrou no entanto que os problemas do desenvolvimento se inseriam afinal no longo prazo e num contexto de complexidade, que a linearidade e univocidade das relações causais não deixara transparecer com suficiente clareza para todos os intervenientes.

Por outro lado, as dificuldades que se foram registando em experiências de desenvolvimento, mesmo quando o crescimento económico não estava completamente ausente, acabaram por ocultar a distinção essencial entre **teorias** e **políticas económicas** agravando a confusão metodológica. Muitas das *políticas económicas*, ao pretenderem aplicar acriticamente as teorias que as inspiraram (o exemplo das "indústrias industrializantes" na Argélia, a partir das teorias de Destanne de Bernis é um exemplo paradigmático), marcaram negativamente estas últimas.

O descrédito que atingiu assim as teorias heterodoxas onde fora realizado o esforço original da interdisciplinaridade, transformou a sua verdadeira essência de *incerteza* keynesiana e de constelações de hipóteses a testar, em axiomas onde, não raras vezes, a ideologia acabava por se sobrepor à atitude científica.

A crise mundial dos anos 80, que atingiu particularmente os PED, obrigou a uma revisão das políticas económicas, mas implicou igualmente que se pusesse em causa a utilidade teórica da *Economia do Desenvolvimento*, enquanto heterodoxia interdisciplinar, ao mesmo tempo que a ortodoxia neoclássica ocupava

o terreno nas organizações internacionais e nas universidades, em nome do rigor científico, da eficácia e do pragmatismo positivista.

O que falhou então nos anos 70 em muitos dos países subdesenvolvidos, nomeadamente nos países africanos?

Para o compreender é preciso ir para além das experiências empíricas e distinguir as teorias que as explicam.

A tipologia das teorias do desenvolvimento proposta por Albert O. Hirschman em 1984 é, sobre esse ponto, elucidativa.

Nessa tipologia, Hirschman serve-se de dois conceitos: o "*mono-economismo*" ou seja a crença na existência de uma só ciência económica válida em qualquer tempo e lugar; a "*reciprocidade das vantagens*", quer dizer, a convicção de que em todas as relações bilaterais entre os países há sempre vantagens mútuas.

Com estes dois conceitos e a sua aceitação ou rejeição, Hirschman constrói a conhecida matriz de dupla entrada onde surgem quatro tipos de teorias (ver gráfico):

1) A **ortodoxia neoclássica**, que acredita na universalidade da ciência económica e na reciprocidade das vantagens:

2) As teorias **neomarxista e da dependência** que rejeitam esses dois postulados;

3) A teoria **marxista** propriamente dita (de Marx e não necessariamente das interpretações subsequentes a este autor), que reconhece o mono-economismo e rejeita a reciprocidade das vantagens;

4) A **economia do desenvolvimento** propriamente dita, que recusa o primeiro postulado (universalidade da ciência económica) mas aceita o segundo (reciprocidade das vantagens).

MONO-ECONOMIA

		AFIRMADO	NEGADO
		Economia ortodoxa	Economia do Desenvolvimento
RECIPROCIDADE DAS VANTAGENS	AFIRMADO		
	NEGADO	Marx?	Teorias Neomarxistas

FONTE: Matriz reproduzida de: Albert O. Hirschman, *L'Économie comme Science Morale et Politique*, Paris, Gallimard/Seuil, 1984: 45.

Esta questão é fundamental na medida em que esclarece conceitos e distingue teorias que, demasiado frequentemente, são assimiladas umas às outras.

Por exemplo, a distinção entre **marxismo** e **neomarxismo** é indispensável, uma vez que as duas teorias não só não podem ser confundidas (como acontece ainda, incluindo em trabalhos académicos), como são, em vários aspectos, contraditórias entre si.

Basta recordar, por exemplo, que para Marx *"o país mais desenvolvido industrialmente mostra aos que o seguem no plano industrial, a imagem do seu próprio futuro"*⁶, enquanto que para os neomarxistas (Paul Baran, G. Frank, Samir Amin, etc.) o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo não é possível no quadro do *"sistema nacional/mundial hierarquizado"*⁷ vigente, segundo a terminologia de Michel Beaud, ou capitalista para simplificar, no qual estão condenados ao *"desenvolvimento do subdesenvolvimento"* (retomando a fórmula outrora célebre de G. Frank), só lhes restando procurar uma via própria de "transição" para o "socialismo".

Não nos atardaremos sobre estes dois últimos conceitos, cuja precariedade teórica e empírica já foi amplamente demonstrada, nem faremos referência à "teoria" (na verdade muito mais *ideologia* do que *teoria*) dita *"marxista-leninista(-estalinista)"*, axiomatização mítica de um Estado imperial que vigorou na prática até à Glasnost na década de 80.

Se chamamos a atenção para este ponto, que nos parece merecedor de um tratamento crítico, é sobretudo porque a confusão teórica que se estabeleceu nos anos 60-80 em especial, contribuiu sobremaneira para enfraquecer a *economia do desenvolvimento* que, com a desistência de muitos daqueles que contribuíram para a formação de pensamento nesta área e o desvio de interesse para os países de leste e sua transição para economias de mercado a partir dos anos 80, conheceu um certo declínio como objecto inspirador de investigações e controvérsias...

E precisamente por essa altura que se cria um quase vazio em redor da economia do desenvolvimento, heterodoxa e multidisciplinar, e se consolida a supremacia do paradigma neoclássico.

⁶ Karl Marx. Prefácio da primeira edição de *O Capital* (1867), in: Karl Marx, *Oeuvres*, vol. I, Paris, Gallimard, Pléiade. 1965: 549.

⁷ Michel Beaud. *Le système national/mondial hiérarchisé*. Paris, La Découverte, 1987.

Em meados da década de 90 tudo indica, no entanto, que essa dominação está a sofrer uma usura acelerada "no terreno" que, diga-se de passagem, o seu êxito em círculos académicos ainda não reflecte.

Com efeito, a experiência dos últimos quinze anos parece mostrar que a abordagem neoclássica, apesar do seu contributo sem dúvida valioso em muitos aspectos da teoria geral, não encontra respostas aos velhos e novos problemas colocados pelo processo de desenvolvimento, revelando serem cada vez mais insatisfatórios os postulados que delimitam o seu campo epistemológico e orientam a sua acção.

Esses postulados são conhecidos: as concepções da sociedade atomística e do individualismo metodológico⁸; a tese segunda a qual o equilíbrio e o mercado são fenómenos "naturais"; a convicção de que o *óptimo* individual deve ser confundido com o *óptimo* social e de que a eficiência paretiana é prioritária; a ideia de que o valor dos bens tem apenas um fundamento psicológico e que os indivíduos livres, iguais e racionais são agentes económicos perfeitamente informados, raciocinando exclusivamente em termos de utilidade, etc.

Mancur Olson já em 1966 "demonstrara claramente que a lógica da acção colectiva não era redutível à da acção individual: não basta que um conjunto de indivíduos tenham um interesse comum para que ajam simultaneamente a fim de promover esse interesse"⁹.

Outra das suposições frequentes da teoria neoclássica "é a de um dualismo do mercado de trabalho, onde um sector sindicalizado com salários mais elevados coexiste com um sector concorrencial com salários mais baixos. Mas a existência do sindicato é postulada e não explicada teoricamente, porque, numa pura lógica individualista, ninguém tem interesse em fundar um sindicato uma vez que cada um beneficia da acção colectiva mesmo se não contribui para ela. Todos os trabalhadores têm evidentemente interesse em serem empregados no sector de salários elevados, mas como nem todos podem sê-lo, os modelos neoclássicos supõem geralmente que um sistema de tiragem à sorte desempata os candidatos".

⁸ Entre os economistas o individualismo metodológico tem a sua origem nas ideias de Carl Menger, retomadas mais tarde por autores da tradição austríaca: Schumpeter, Mises e Hayek. Ele encontra "o seu campo de acção privilegiado na teoria económica onde constitui não somente o método natural da microeconomia, mas também a quase totalidade do âmbito da ciência económica onde tem tendência a tornar-se menos um método do que um paradigma". Cf. Hubert Brochier. "A propos de l'individualisme méthodologique: l'ouverture d'un débat". *Revue d'Economie Politique* (Paris), n° 1. janv.-février 1994.

⁹ Mancur Olson, *The Logic of Collective Action*, Harvard University Press, 1966 - citado in Brochier, "A propos...", op. cit., p. 43.

Ora este processo entra em contradição com as regras gerais da análise neoclássica (...)"¹⁰.

Na ausência de condições externas ao indivíduo, a racionalidade individual não chega, de *per si*, para conseguir as soluções propostas pelos neoclássicos. "Para que as trocas tenham lugar nas condições previstas pela teoria, é indispensável que preexistam *regras* e *normas* de natureza colectiva que permitirão às trocas interindividuais terem lugar segundo as modalidades previstas. E aí que reside um dos limites mais fortes da metodologia individualista, uma vez que demonstra a existência de *condições prévias* holistas"¹¹.

Gilles Dostaler afirma também que "o 'nó duro' da teoria neoclássica é que a economia pode ser analisada do mesmo modo que a física, a química e a biologia, considerando que os agentes económicos, do consumidor ao empresário passando pelo banqueiro, agem racionalmente em função do seu interesse próprio", enquanto que os neokeynesianos acreditam, pelo contrário, que o *homo economicus* age por impulso, que as suas escolhas não são bem informadas ou racionais, não sendo impossível modelizar matematicamente os processos económicos em tais circunstâncias. Ora, acrescenta ainda o mesmo autor, a economia não funciona como uma máquina. As certezas quanto ao futuro acabaram e este não é determinado nem se podem ter certezas sobre as consequências das acções humanas, como a teoria do caos, que começa a ser aplicada em economia, o demonstra, ao postular que, quando uma pequena mudança quase imperceptível tem lugar, pode provocar a longo e médio prazos uma mudança ainda maior. Desde logo, devemos encarar a economia como uma caixa de ferramentas: o que é necessário saber é o que construir ou o que reparar. Para Dostaler não devemos ter ilusões: "não se resolverão os problemas económicos e sociais com uma curva num plano cartesiano e modelos matemáticos sofisticados. Esses problemas são factos sociais globais e nada se conseguirá sem uma visão a mais aberta possível"¹².

¹⁰ Cf. Brochier, "A propos...", *op. cit.* pp. 43-44

¹¹ Cf. Brochier, *op. cit.* : 44

¹² Gilles Dostaler. "Seule une science sociale globale permettra de comprendre la société". Entrevista de Gilles Dostaler ao jornal *Le Devoir* (Ottawa), 25 abril 1994. Este economista canadiano tornou-se mais conhecido na Europa desde a publicação, em colaboração com Michel Beaud, do notável livro *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1993, 603 p.

A. Insel vai mais longe: a teoria neoclássica permite ter, em certos temas socialmente sensíveis, "um discurso amoral e anti-humanista"¹³ quando exprime, por exemplo, a racionalidade económica do suicídio, o acesso dos velhos a cuidados médicos, etc., na óptica de autores como Gary Becker. Nesse amoralismo é visível a tentativa de libertar-se da moral religiosa e das referências transcendentais, a negação de ideia de imanência da humanidade em cada um dos homens.

Ao propor um falso discurso da liberdade, o duo individualismo/teoria neoclássica defende a ética do comportamento do homem que não tem dívida alguma para quem quer que seja, que recusa a inscrição no Eu de uma parte da Humanidade. A reivindicação dessa teoria é de ser reconhecida como um discurso de liberdade¹⁴.

Por outro lado, o pressuposto de que o modelo liberal não é *ideológico* é uma falsa ideia. Esse *mono-economismo* de que fala Hirschman longe de garantir as aspirações democráticas de que se reclama, priva as gerações dos meios de revivificar e testar esses objectivos democráticos¹⁵. Como escreveu Henri Bartoli: "Falar de história é falar das tarefas temporais oferecidas à nossa liberdade".

Do mesmo modo, se a realidade é uma sucessão de desequilíbrios, como o indica a visão schumpeteriana da dinâmica do capitalismo na qual é a consciência do desequilíbrio que está na origem da evolução económica, nesse caso a aceitação do desequilíbrio (e não simplesmente a multiplicidade dos estados de equilíbrio possíveis) como modo de funcionamento das sociedades de mercado, permite escapar a uma explicação demasiado simplista e mesmo irrealista da evolução social¹⁶.

Se se admitir que a economia é uma ciência normativa que deve preocupar-se com a definição do equilíbrio, então não se pode deixar de lado a necessidade de abertura a outras disciplinas. Mesmo nesse caso, a persistência da norma do "equilíbrio" é demasiado irrealista para desempenhar um papel normativo que oriente sobre o caminho a seguir. Desde logo, "o abandono da norma do equilíbrio

¹³ Cf. A. Insel, "Une rigueur pour la forme - Pourquoi la théorie néoclassique fascine-t-elle tant les économistes et comment s'en défendre?" In M.A.U.S.S., *Pour une Autre Économie*, Paris, La Découverte, 1994: 77-94.

¹⁴ Insel 1994: 88

¹⁵ V. Elsa Assidon. *Les théories économiques du développement*, Paris, La Découverte, 1992.

¹⁶ Insel 1994: 93.

parece indispensável para o desenvolvimento da problemática da inserção do económico no social”¹⁷.

No entanto outros autores fazem observar que se a crítica do irrealismo da teoria neoclássica tem razão de ser, é indispensável não confundir as críticas de ordem *empírica* das críticas de ordem *lógica*. O procedimento neoclássico baseia-se num modelo teórico cuja principal finalidade é mostrar que a economia de mercado pode conduzir a situações harmoniosas ou "óptimas". Mais tarde, observa por exemplo B. Guerrien, depois de críticas de ordem lógica, os neoclássicos adoptaram uma problemática de axiomatização na qual a questão central se tornou: que hipóteses formular para demonstrar que as regras de mercado conduzem a um *óptimo*? Por outras palavras, já não se trata de partir de hipóteses para chegar a um resultado, mas de partir do resultado para determinar com que hipóteses ele pode ser atingido.

Esta axiomatização é aceitável, mas o alcance empírico do modelo é desde logo bastante diminuído.

Alguns neoclássicos foram então obrigados a introduzir um mínimo de realismo, mas ao preço de um enfraquecimento da generalização das conclusões.

No entanto a grande maioria dos neoclássicos continua insensível a essa dificuldade e opta por um procedimento normativo: se há desfazamento entre a teoria e a realidade, é a teoria que tem razão. Esta abordagem normativa faz funcionar o modelo neoclássico como a referência em relação à qual é o real que deve ser normalizado”¹⁸, o que, para autores como Popper, Lakatos e outros significa que a teoria não é *falsificável*, quer por falta de conteúdo empírico quer por resistir ao desmentido do teste, ou seja não preenche as condições mínimas de cientificidade.

É certo que hoje não se pode ignorar a economia neoclássica cujos aspectos positivos na busca de um certo rigor não devem ser escamoteados, mas existem cada vez mais novas vias abertas para escapar ao seu irrealismo, novas reflexões sobre o mercado, a firma, a organização, a racionalidade e novas tentativas para construir uma economia com dimensão histórica, social e mesmo ética¹⁹.

A economia do desenvolvimento não escapa a esta gestação, mas o seu caminho é talvez mais árduo, não só porque ainda sofre da assimilação de algum

¹⁷ Insel 1994: 93.

¹⁸ Bernard Guerrien, *L'économie néo-classique*, Paris, La Découverte, 1993.

¹⁹ Michel Beaud et Gilles Dostaler, *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil. 1993.

modo abusiva entre "teoria" e "políticas económicas" postas em prática, mas também porque, para se afirmar no campo científico ela deve renunciar às interpretações radicais, quer do paradigma da introversão quer do paradigma da extroversão, e, no quadro da globalização, encontrar um maior compromisso entre a economia do desenvolvimento e a economia internacional²⁰.

Na obra dos seus fundadores a economia política foi um pensamento pluridimensional e a economia do desenvolvimento procurou ser fiel a essa tradição. Mas num caso e noutro houve rebentamento e dispersão em muitos domínios. A evolução do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo acabou por pôr em causa o próprio desenvolvimento como objectivo universal²¹.

As rupturas são profundas como já vimos: passou-se da confiança no socialismo ao postulado dos agentes racionais e ao liberalismo; da construção das economias nacionais à extroversão e à confiança cega no mercado internacional; da adesão ao princípio da intervenção do Estado à ideia teoricamente confusa do "menos Estado".

Como diz Alain Caille com alguma violência: "Há pelo menos vinte anos que a economia dita 'do desenvolvimento' fez hara-kiri entregou a praça aos peritos do FMI e à sua concepção de banqueiro do mundo e às receitas-milagre do *Chicago boys* que fingem acreditar que o mercado, que levou séculos a instituir-se na Europa, poderia ser inventado nalguns minutos em toda a parte onde os chamam²².

As rupturas conduziram a uma implosão da própria ciência económica dedicada hoje a desenvolver uma multidão de trabalhos consagrados a objectivos pontuais com abordagens muitas vezes redutoras. Ora os objectos de estudo bem como os problemas a resolver são "factos sociais totais", o que implica a necessidade de ultrapassar uma visão estritamente económica e o acolhimento das contribuições dos não-economistas, a fim de encontrar uma visão útil para a resolução de muitos dos problemas centrais da economia. Por exemplo, os modelos econométricos são úteis, mas não são capazes de fazer milagres: seja qual for a massa de informação disponível, no essencial só podem extrapolar e ficam desarmados perante inversões caóticas de tendência (Caille)...

²⁰ Cf. C.K. Helleiner, *The New Global Economy and the Developing Countries*. Aldershot, Edward Elgar, 1993.

²¹ V. por exemplo: Serge Latouche. *Faut-il refuser le développement?*. Paris. PUF, 1986

²² Alain Caille. *La démission des clercs - La crise des sciences sociales et l'oubli du politique*, Paris. La Découverte, 1993.

Beaud e Dostaler assinalam a utilidade que se teria em aproveitar, por exemplo, as contribuições de K. Polanyi no que se refere ao processo de destruturação da sociedade decorrente da generalização da economia de mercado; as de Habermas quanto a alguns dos problemas futuros nas nossas sociedades; de Prigogine para melhor reflectir sobre a complexidade...²³

A reabertura, nestes últimos vinte anos, do campo de reflexão ao serem retomados os estudos e publicações sobre a *Metodologia da Economia*, mostram a eclosão de novas energias que pretendem um "regresso à tradição da economia política"²⁴.

Se apesar das contribuições dadas por grandes nomes da ciência, a Economia do Desenvolvimento continua a ser um *projecto* inacabado, tudo indica que esse *projecto* se encontra hoje de novo em recuperação.

A criação de associações de economistas, nos Estados Unidos (S.A.S.E.-*Society for the Advancement of Socio-Economics* que conta prémios Nobel da Economia entre os seus elementos) e em vários países da Europa (*projecto M.A.U.S.S.-Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*, em França), cujo acento tónico está colocado na interdisciplinaridade e na articulação entre a economia e outras ciências sociais, são exemplos dessa reacção.

Nessa nova economia do desenvolvimento a questão central será a inserção do económico no social e não a sua separação artificial. Esta supõe por seu turno a afirmação do primado da repartição sobre a formação dos preços, rompendo com a visão positivista geralmente admitida de que os preços se formam independentemente das estruturas de repartição. Elementos da obra de Adam Smith onde o "preço de mercado" gravita à volta do "preço natural", por exemplo, indicam caminhos para novas reflexões...

Muitos autores consideram ainda que a economia do desenvolvimento deverá retomar a concepção fundamental segundo a qual a ciência económica estuda as relações entre os homens e as coisas²⁵ ou, se se preferir, as relações entre os homens através das coisas, e rejeitam a posição da teoria neoclássica por considerarem que, nesta, a economia se preocupa apenas com as relações entre

²³ Beaud et Dostaler. 1993: 208

²⁴ R.H. Nelson. "The Economics Profession and the Making of Public Policy, *Journal of Economic Literature*, Vol. 25, 1987. Ver igualmente: Bruce J. Caldwell (Ed.), *The Philosophy and Methodology of Economics*. Aldershot. Edward Elgar. 1993, 3 vols.

²⁵ Vd. Oskar Lange, *Moderna Economia Política*, trad. bras., S. Paulo, Vértice, 1986: 20.

as coisas, eliminando os homens ou assimilando-os, por assim dizer, a "coisas", evocando assim o velho cinismo da *Fábula das Abelhas* de Mandeville...

Regressando aos anos 50-70 é necessário sublinhar ainda que Portugal, apesar da repressão das ideias, especialmente no campo das ciências sociais, e do relativo isolamento em que vivia na época, não esteve completamente ausente da reflexão sobre as questões do desenvolvimento.

A revista *Análise Social*, dirigida por A. Sedas Nunes sobrevivia e era uma referência e o Gabinete de Investigações Económicas, do ISCEF (hoje ISEG) publicava nos anos 50-60 trabalhos académicos de valia nessa área, de autores como Manuel Jacinto Nunes, Luís M. Teixeira Pinto, Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro, Rui Martins dos Santos, J.L. da Costa André, J. Faria Lapa, etc²⁶. Em 1965 Alfredo de Sousa fazia editar pela Livraria Morais a sua assinalável tese de doutoramento prefaciada por A. Sedas Nunes, intitulada *Economia e Sociedade em África*, tema a que infelizmente não regressou mais...

Como defendeu Rosenstein-Rodan na sua contribuição ao Iº volume de *Pionners of Development*, o período do desenvolvimento no pós guerra é a história de um triunfo e não de um fracasso. O aumento da esperança de vida, a queda da mortalidade infantil, as taxas de crescimento, as realizações em muitos países em desenvolvimento, são factos que, no fim da 2ª guerra mundial, poucos teriam esperado. E certo, acrescenta, que mil milhões de pessoas conhecem ainda a fome, mas esse número teria sido muito maior se essas realizações não tivessem tido lugar. A sua conclusão tem hoje maior oportunidade do que nunca: "o que se perdeu de facto nos anos 70 foi a solidariedade internacional. O objectivo do pleno emprego internacional foi substituído pelo cinismo no pós-Vietnam. A transição da concepção da sociedade do bem-estar do plano nacional para o plano internacional continua por fazer. Não agir sobre a desigualdade de oportunidades e sobre a pobreza quando os recursos mundiais são amplamente suficientes para melhorar

²⁶ Alguns títulos: de Manuel Jacinto Nunes: *Crescimento Económico e Política Orçamental*, Lisboa, GIE/ISCEF, 1961; *Desenvolvimento Económico e Planeamento*. Lisboa. GIE/ISCEF, 1971; *O 2º Decénio do Desenvolvimento*. Lisboa, GIE/ISCEF, 1970. Mais tarde Jacinto Nunes retoma os problemas do desenvolvimento nos interessantes e lúcidos: *Temas Económicos*, Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989; e *De Roma a Maastricht*, Lisboa, Dom Quixote, 1993. Dos outros autores citam-se, por exemplo: L.M. Teixeira Pinto. *Alguns Aspectos da Teoria do Crescimento Económico*, Lisboa, 1956; L.M. Teixeira Pinto e Rui Martins dos Santos, Angola: *Pólos e Perspectivas de Desenvolvimento*. Lisboa, GIE/ISCEF. 1961; L.M. Teixeira Pinto. *Políticas de Desenvolvimento Económico*, Lisboa, GIE/ISCEF. 1961; Francisco Pereira de Moura, *Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico*, GIE/ISCEF. 1960; R. Martins dos Santos et alii (L. Teixeira Pinto, João Salgueiro, J.L. da Costa André e J. Faria Lapa), *Aspectos do Desenvolvimento Africano*. GIE/ISCEF. 1959. Sensivelmente pela mesma altura Alfredo de Sousa publicava *Economia e Sociedade em África*, Lisboa. Morais, 1965.

este estado de coisas, eis a verdadeira crise moral do mundo actual, tal como era no final da 2ª guerra mundial. O cinismo generalizado é pelo menos tão irrealista como o idealismo ingénuo"²⁷.

Para A. Lewis, tal como os anos 50 o demonstraram, os países em desenvolvimento (PED) obtiveram mais resultados do que tinha sido considerado provável. É certo que, desde 1973, todos os PED se encontram ameaçados pela recessão internacional e outros factores mundiais que estão fora do seu controlo (protecção dos países desenvolvidos, preços do petróleo, dívida), os quais exigem medidas especiais da comunidade internacional. Mas, em condições normais o processo de desenvolvimento nos países do Sul é, sem qualquer dúvida, viável²⁸.

Gerard Grellet²⁹ repensa a contribuição da economia do desenvolvimento e o balanço das experiências levadas a cabo, distinguindo duas ortodoxias do desenvolvimento, a primeira das quais era o que ele chama a "*ortodoxia independentista do desenvolvimento*" elaborada nos anos 50 e 60, que definia o desenvolvimento a partir da ruptura com os laços da dependência colonial. A segunda, a que Grellet chama a "*nova ortodoxia*" corresponde à teoria neoclássica e surge nos anos 80 em contraposição à primeira.

A tipologia de Grellet parece no entanto menos rigorosa do que a de Hirschman, uma vez que não consegue distinguir com nitidez os contributos keynesiano e neoclássico já presentes nessa primeira fase, das prestações marxista, neomarxista e dependentista. Em contrapartida, talvez ajude a explicar porque é que a "*ortodoxia independentista*", ao ser marcada por correntes diversas, frequentemente antagónicas, não permitiu a formação de um paradigma universal do desenvolvimento que, numa perspectiva pluridisciplinar de *geometria variável*, fosse pelo menos definido por um núcleo duro identificável e circunscrito por uma heurística positiva (Lakatos³⁰) suficientemente coerente.

Por sua vez, a ordenação de Hirschman embora ofereça uma matriz convincente de maior rigor lógico, pode levar a pensar que essa separação das águas tinha uma tradução fiel na prática quotidiana, com os campos das

²⁷ P. N. Rosenstein-Rodan, "Natura Facit Saltum: Analysis of the Disequilibrium Growth Process", *Pioneers in Development*, I ° vol.: 221.

²⁸ Sir Arthur Lewis. "Development Economics in the 1950s". *Pionniers...*, op. cit.. 1 ° vol.: 137.

²⁹ Cf. Gérard Grellet, "Pourquoi les pays en voie de développement ont-ils des rythmes de croissance aussi différents? - Un survol critique de quelques orthodoxies contemporaines". *Revue Tiers Monde*, Paris, PUF. XXXI. n° 192, janv.-mars 1992:31-66.

³⁰ Imre Lakatos, *Histoire et méthodologie des sciences*, Trad. fr., Paris, PUF, 1994.

respectivas escolas de pensamento bem delimitados, o que não corresponde à realidade.

A definição de Grellet (*"ortodoxia independentista"*) é epistemologicamente menos apurada, mas tem a vantagem de melhor revelar, indirectamente, a tumultuosa mistura de teorias (ou melhor, de pedaços de teorias), que agiam por detrás das estratégias de desenvolvimento aplicadas no terreno. Assim, assiste-se à sobreposição do pensamento keynesiano através das críticas dos mecanismos autoreguladores do mercado e de necessidade de intervenção do Estado, com a perspectiva neoclássica do crescimento, onde este é função de acumulação dos factores de produção (capital e trabalho sobretudo). A estas acrescentam-se as vistas marxista, neomarxista e dependentista, cujos projectos nem sempre era fácil separar. Nesse contexto, por vezes algo confuso, é possível não obstante verificar que o acento tónico é posto muito mais frequentemente na macroeconomia do que na microeconomia, ignorando-se para mais a articulação entre ambos, ao mesmo que, em pano de fundo, domina o paradigma da introversão.

A análise de Grellet distingue quatro postulados fundamentais na "ortodoxia independentista":

1) o desenvolvimento das nações depende sobretudo da sua capacidade em romper os laços de dependência com o mercado mundial;

2) a pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos factores de produção e a importância da utilização das tecnologias;

3) o mercado não favorece espontaneamente a acumulação e alocação dos factores de produção, sendo necessária a intervenção activa do Estado;

4) o verdadeiro sector portador de desenvolvimento é o sector industrial, nomeadamente na indústria pesada, sendo desde logo a agricultura e os serviços relegados para um plano secundário, quando não completamente abandonados.

Este conjunto de postulados insere-se no paradigma de introversão que expressa, de certa maneira, tensões políticas e mesmo rupturas psicológicas do Sul em relação ao Norte.

Nos anos 80 a "nova ortodoxia" rompe com a heterogeneidade da anterior para afirmar um projecto oposto, mais coerente em termos de lógica interna, mas que

beneficia sobretudo da crise intelectual que os insucessos económicos e a crise mundial precipitaram.

A teoria neoclássica afirma o predomínio do paradigma da extroversão e assenta igualmente em três postulados³¹:

1) o crescimento das nações depende essencialmente da sua abertura ao exterior (paradigma da extroversão);

2) a oferta global depende da alocação dos recursos raros. Esta alocação é *ótima* num mercado concorrencial aberto à economia mundial;

3) O desenvolvimento será tanto mais rápido quanto as incitações dos agentes forem socialmente compatíveis. Por outras palavras, os agentes são racionais, acordando os meios com os objectivos pretendidos em resposta às incitações do mercado.

A principal lição - e a mais pacífica - desta controvérsia é que a economia do desenvolvimento aprendeu a colocar novas questões. Dados que eram outrora tidos como exógenos são hoje endogeneizados, o que obrigou a um esforço de articulação entre elementos antes vistos separadamente (progresso técnico, ambiente, comportamento dos agentes, por exemplo), o que, longe de fechar o debate, coloca a exigência de novas teorias explicativas, nomeadamente sobre a natureza das relações causais.

Por outro lado, esses postulados devem ser confrontados com as suas próprias fontes teóricas, neste caso Walras. Se tivermos em conta as consequências da aplicação da teoria neoclássica, nomeadamente aos países em desenvolvimento, é possível afirmar que os seus discípulos retiveram sobretudo da sua *Economia Política e Social* o primeiro tomo sobre *Economia Política Pura* que fixava o modelo da livre concorrência no mercado (teoria do equilíbrio geral). Todavia Walras, longe das interpretações radicais de alguns dos seus adeptos contemporâneos, considerava os outros tomos da obra de igual importância. A *Economia Política Aplicada* tratava das relações entre os homens e as coisas e abordava a questão da gestão privada ou pública da produção, enquanto que o último tomo (*Economia Social*) preocupava-se com as condições da repartição da riqueza social, com as relações entre os indivíduos e o Estado e defendia a teoria da propriedade e do imposto. Mais ainda, desde a publicação da *Economia Política Pura* Walras encarava já os limites do seu próprio modelo: "O princípio do *laissez-faire*, *laissez-*

³¹ Grellet: 46.

passar já não é a fórmula universalmente aceite e proclamada da teoria da produção da riqueza", escreve Walras, acrescentando que "a produção de bens de utilidade colectiva, a existência de monopólios naturais, a desordem nas condições de trabalho" mostram a necessidade da intervenção do Estado para que se conjuguem o máximo de satisfação e de equidade, o interesse e a justiça".

Em resumo, a economia social é essencial para Walras, quer pelo papel das associações populares no progresso económico quer pela intervenção do Estado para uma maior concordância entre o interesse e a justiça. Curiosamente, estes dois aspectos da obra deste fundador parecem ser desconhecidos pelo seus exegetas, que, traindo o mestre, não retiveram senão uma parte, ignorando que, como Walras o disse expressamente, os três tomos são interdependentes!³²

A tomada de consciência da diversidade do processo de desenvolvimento mostrou que a Economia do Desenvolvimento não pode pretender alcançar a unicidade explicativa dos "Terceiros Mundos" em mudança ou em desaparecimento.

Tudo leva a crer que, enquanto disciplina, a Economia do Desenvolvimento só se afirmará no próximo século em articulação com a Economia Internacional e na confluência de outras ciências sociais.

Ela parece estar actualmente a caminhar nesse sentido, e a confrontação com a teoria neoclássica acabará por ter lugar num período mais curto do que se imagina.

A incógnita reside sobretudo na capacidade de regeneração crítica de uma Economia do Desenvolvimento, heterodoxa e multidisciplinar, capaz de recriar um pensamento novo perante as realidades de uma mundialização que já não oferece espaço para estratégias isolacionistas nacionais, tornou obsoletas as velhas abordagens sectoriais e mostrou que o tempo *histórico e heterogéneo* não é afinal redutível ao *tempo homogéneo e probabilizável* dos modelos-padrão. O tempo do novo desenvolvimento será o tempo da emergência das organizações e da complexificação das relações, onde intervirão novas discontinuidades e dinâmicas contraditórias³³.

³² Cf. Adelino Torres. *A crise económica em África e relações com a Europa no final do século*, Santarém. Comunicação às Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical, CULTIVAR/Ministério da Agricultura. 1995.

³³ P. Hugon, "L'économie du développement, le temps et l'histoire". *Revue Economique* (Paris), vol. 42. n°2, mars 1991.

Por isso é de esperar que a nova Economia do Desenvolvimento responderá de maneira mais adequada do que o reducionismo neoclássico aos problemas dos povos e das nações que enfrentarão a mudança dos tempos conturbados que se aproximam. E não há razão alguma para pensar que essa nova Economia do Desenvolvimento fixará a sua atenção apenas sobre os países do chamado Terceiro Mundo, como as teorias do pós-guerra. Pelo contrário, tudo leva a crer que *o objecto das suas pesquisas se situará indiferentemente no Sul e no Norte*. A diversidade geográfica será ainda maior do que depois da 2ª guerra, porque a mundialização da economia exigirá soluções nessa mesma dimensão...